

# Lógicas cruzadas: carreiras religiosas e política<sup>1</sup>

Ernesto Seidl

## Resumo

O estudo aborda as relações entre a alta esfera eclesiástica e o espaço político no Brasil nas últimas décadas, com foco nos efeitos das intersecções entre essas duas esferas sociais sobre modalidades de composição de carreiras religiosas exitosas. Ao perceber que as possibilidades de acúmulo de competência e, por essa via, de exercício da autoridade reconhecida em subespaços específicos da esfera católica (episcopado, universidade, pastorais, ONGs), a análise procura igualmente restituir as lógicas de investimento (mais ou menos conscientes) dos agentes dentro de determinadas estruturas de oportunidades, capturar os constrangimentos derivados de tais estruturas, bem como as vivências subjetivas reconstruídas em seus relatos.

## Palavras chave

Elite religiosa. Política. Carreiras

## Abstract

This work discusses the interrelations between the field of the Catholic Church and the field of politics in Brazil in the last decades, focusing on the effects of the intersections between those two social spheres in the making of successful religious careers. The analysis seeks to restore the logic of investment of the agents within certain structures of opportunity, capturing the constraints derived from such structures, as well as the subjective experiences reconstructed by them through their recitals.

## Keywords

Religious elite. Politics. careers

## 1. INTRODUÇÃO

Os estudos dedicados à história da Igreja católica brasileira apontam múltiplas relações entre esta instituição e o espaço da política e do Estado (entre outros, DELLA CAVA, 1975 e 1978; LÖWY, 1998; MAINWARING, 1989; SEIDL, 2007; SERBIN, 2001 e 2008). Mais pontualmente, os escassos trabalhos que enfocam a dinâmica de formação da elite eclesiástica (MICELI, 1988; SEIDL, 2003 e 2008) também elencam uma série de pontos de fricção entre a alta esfera religiosa e a do poder político. Para ficar apenas no período republicano, tais registros variam de uma estreita imbricação marcada por esforços de legitimação e consagração da ordem política pela espiritual, notadamente entre o fim do Império e os anos 50, à complexificação das posições do alto clero frente às injunções do político. Este último aspecto ganha contornos cada vez mais tensos a partir das redefinições institucionais de Vaticano II (1962-65) e das conferências latinoamericanas, em combinação com a conjuntura do regime militar brasileiro instalado em 1964 e em vigor até 1985.

No que diz respeito em especial à dinâmica interna da Igreja e aos mecanismos e princípios de seleção de sua elite profissional, tem-se constatações talvez ainda mais complicadas e ambíguas ao se focar política e carreiras religiosas. À medida que Estado e Igreja se separam no plano legal e cessam os suportes financeiros à instituição, gradativamente a lógica de formação dos dirigentes católicos passa a repousar sobre critérios mais internos de excelên-

cia religiosa. Tal fato não exclui, entretanto, constantes tomadas de posição pessoais e institucionais em relação à “política” por parte da alta hierarquia, posto que em nenhum momento a Igreja católica prende-se exclusivamente a tarefas de salvação espiritual e as próprias definições do papel episcopal, por exemplo, exigem pontos de vista sobre o mundo temporal, os fatos cotidianos, a realidade imediata (SEIDL, 2007).

No entanto, o eventual engajamento político precoce de religiosos tende a operar um efeito de bloqueio em suas carreiras, sendo este bloqueio tanto mais intenso quanto mais próximo do polo hierárquico se estiver, caso dos membros do clero diocesano. A esses, as possibilidades de alcançar os postos mais elevados, em especial o episcopado, seriam drasticamente diminuídas em caso de envolvimento explícito com a política (participação em partidos, sindicatos e movimentos sociais politizados, por exemplo). Já nos espaços menos dependentes da lógica romana, como o do clero religioso – composto pelas ordens e congregações – e o polo intelectual, formado por filósofos, teólogos e formadores, os determinantes de carreira são muito mais fluidos e heterogêneos.

Este texto propõe-se principalmente a explorar justamente os efeitos das intersecções entre essas duas esferas sociais no que diz respeito a modalidades de composição de carreiras religiosas exitosas – vale dizer, que tenham levado à ocupação de postos de comando na hierarquia e fora dela, com forte reconhecimento social – tanto entre o episcopado quanto entre a alta administração e o polo mais intelectualiza-

1. Versão inicial deste texto foi apresentada no Grupo de Trabalho “Elites e Instituições Políticas”, no 32º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, em outubro de 2008. Sou grato aos pareceristas da revista, cujas críticas procurei incorporar ao texto.

do da Igreja. Assim, com base em um conjunto de entrevistas (n=51) em profundidade realizadas com profissionais da instituição (bispos e arcebispos da ativa e eméritos, diretores de institutos e reitores de seminários, secretários da CNBB, teólogos), evidenciaram-se diversas possibilidades de relação entre engajamento religioso e engajamento político<sup>2</sup>. Destacam-se, entre essas, a politização individual através da inserção no sistema de ensino religioso e a vivência de experiências ligadas ao percurso seminarístico e a conjunturas sociopolíticas; o afastamento ou a reafirmação de determinadas posições políticas ao longo do itinerário profissional; o estabelecimento e manutenção de contatos com indivíduos, grupos e instituições políticas (grupos/movimentos católicos, partidos, sindicatos, ONGs, associações, etc.) cujos vínculos são rentáveis em termos de notoriedade no espaço religioso e/ou no espaço político; as tensões entre pertencimento e hierarquia institucional e posicionamento “político” pessoal, entre outros aspectos.

Menos do que apontar em si as relações entre carreira<sup>3</sup> religiosa e política – dimensão muito relevante, porém mais explorada e conhecida, trata-se, portanto, de enveredar por discussões voltadas para as condições sociais e históricas de realização profissional, com foco no exame das estratégias de carreira e das formas de consagração social de determinado grupo diri-

gente, assim como das disputas em torno das definições dos limites do espaço católico, das competências de seu corpo de especialistas e do próprio papel do profissional da religião.

## 2. O ESPAÇO CATÓLICO EM TRANSFORMAÇÃO

Não é possível compreender a miríade de posições e tomadas de posição do corpo de profissionais da Igreja no período enfocado sem tomar em conta tanto os efeitos da reestruturação das relações de força do espaço religioso conhecida após Vaticano II quanto os das mudanças da própria estrutura social brasileira da mesma época. Aliado a isso, dois elementos cruciais complexificam o quadro: em primeiro lugar, de ordem mais conjuntural, a instalação de um longo regime autoritário exatamente durante os anos do Concílio; em segundo lugar, e em boa medida ligada às transformações abertas pela Igreja conciliar, a emergência da Teologia da Libertação, no início da década de 1970, como matriz teológica e ideológica importante.

A abrupta transformação do sistema de formação religiosa – até então marcado pelo modelo rural e fechado ao mundo profano, de forte rigor disciplinar e pedagogia massificada – iniciada após o concílio teve como efeito central a diversificação da cultura religiosa e das formas de exercí-

2. As entrevistas foram realizadas entre 2001 e 2003. Parte delas, com membros do episcopado, durante a Assembleia Geral da CNBB, em Indaiatuba, interior de São Paulo. As demais, principalmente no Rio Grande do Sul, e algumas no Rio de Janeiro. De forma complementar, também foram utilizadas outras fontes de informação, como o Catálogo dos Bispos do Brasil e os sites da CNBB e de outras instituições (universidades e institutos de ensino, sobretudo) às quais os indivíduos examinados estão ou estiveram vinculados.

3. Sobre os ganhos analíticos do estudo das estratégias de carreira para a compreensão da dinâmica de cada tipo de elite e também da dinâmica das trocas entre as elites, consultar sobretudo Charle (1987, esp. p. 150-252).

cio da autoridade clerical ou, como prefere Suaud (1978), dos *habitus* sacerdotais. Como sabido, tal transformação ligava-se intimamente às transformações do mercado religioso em nível mundial (especialmente intensas no Brasil), vale dizer, urbanização crescente e elevação do grau de escolarização dos fiéis, acirramento da competição religiosa e diminuição das práticas católicas. O desajuste entre o tipo de formação sacerdotal de então – logo, das formas de produção e de transmissão da oferta religiosa –, de um lado, e as demandas de clientelas progressivamente mais variadas e diversificadas, de outro, estava assim na base dos processos de reestruturação do espaço católico conhecidos como *aggiornamento* ou *atualização* da Igreja.

Os impactos produzidos por essas modificações no conjunto do corpo religioso seguiram a lógica segundo a qual as condições de aquisição e de adaptação a novas convicções religiosas, formas de saber e de exercício do papel de autoridade católica variam diretamente em função da geração e da posição dos indivíduos no interior do espaço institucional. Um dos resultados inevitáveis desse processo foi a séria intensificação das disputas em torno das modalidades legítimas de se exercer o ofício religioso, mobilizando a títulos variados diferentes frações do clero em torno de questões que iam da vestimenta religiosa mais adequada aos debates sobre as fronteiras da competência da Igreja, passando pelo celibato e a incorporação de leigos em funções até então restritas a sacerdotes.

Num contexto nacional e latinoamericano de instabilidade política, fortes transformações sociais e culturais, combinados com um novo posicionamento oficial da Igreja denominado “opção preferencial pelos pobres” e com a ascensão de visões te-

ológicas heteróclitas (algumas condenadas como heréticas), sobretudo a Teologia da Libertação, o que se chamou comumente de “politização da Igreja” brasileira revestiu aspectos diversos. Para ficarmos apenas no nível que interessa mais diretamente a este texto, em um polo, ao se opor e a negociar com o regime militar a partir do final dos anos 60, a alta hierarquia institucional (o episcopado “representado” pela CNBB) encarnava os resultados da relação de forças que produziu lideranças religiosas socialmente dispostas a tomar determinadas posições frente à política ao mesmo tempo em que assumia novas tarefas autoatribuídas como de sua competência (manifestar-se sobre a “conjuntura”, denunciar o regime, defender os direitos humanos). De outro lado, mais afastados das instâncias hierárquicas – nas ordens e congregações e em parte das faculdades –, novos espaços de atuação religiosa também eram redefinidos por indivíduos em postos muito variados, porém ocupando, em geral, uma mesma posição dominada dentro do espaço católico, dado que ajuda a explicar posturas mais radicais de desafio e ruptura ao *mainstream* institucional, como um intenso engajamento político, a defesa da Teologia da Libertação, o investimento em movimentos sociais de “base” (operário, sem-terra, desempregados etc.).

### 3. ITINERÁRIOS RELIGIOSOS: ESTRATÉGIAS, INVESTIMENTOS E CONJUNTURAS

Pelo menos dois elementos centrais surgem da análise dos itinerários sociais e profissionais do grupo de religiosos examinados no que tange à influência da política na elaboração de suas carreiras. Um primeiro elemento é bastante recorrente na literatura dedicada a processos de engajamen-

to, militância e politização (GAXIE, 2002; OLIVEIRA, 2005; SEIDL, 2009; SIMÉANT, 2003; TAVARES DOS REIS, 2007) e diz respeito às conexões entre o fator geracional e as conjunturas históricas, ou melhor, sobre o efeito de eventos conjunturais (“crises”, “rupturas”, atmosfera político-cultural, movimentos, ideias dominantes, etc.) nos trajetos de indivíduos ou grupos.

Como exemplos significativos, pode-se citar os diferentes impactos da série de transformações trazidas por Vaticano II (1962-1965), pelas conferências episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979) – e a conhecida “opção pelos pobres” – e pela difusão da Teologia da Libertação sobre o conjunto de clérigos e religiosos no Brasil, os quais se traduzem em posturas tão variadas quanto ceticismo e indiferença, aprovação parcial, repúdio, “crise pessoal” e abandono da Igreja, completa adaptação à Igreja pós-conciliar, “conversão aos pobres”, adesão a movimentos políticos, para mencionar algumas<sup>4</sup>. Da mesma forma, a ascensão do regime militar no Brasil gera percepções, tomadas de posição e ações concretas muito variadas segundo a idade e o ponto da trajetória em que os agentes se encontram (sem considerar outro conjunto de propriedades sociais também determinantes, como origens sociais e geográficas, condições de socialização, percurso escolar, experiências políticas e culturais).

Em estreita conexão com este aspecto está o efeito da formação religiosa, das experiências acumuladas e da inserção em determinadas redes de relação (intra e ex-

trainstitucionais). Portanto, em combinação com o dado temporal, coloca-se o tipo de instituição escolar frequentada (seminários menor e maior, diocesano ou religioso, rural ou urbano, características da ordem ou congregação, faculdades, institutos, estudos no exterior em país central ou periférico) e o contato com diferentes visões do catolicismo, do papel da Igreja e do religioso, de concepções de ação no mundo, assim como os estágios, ocupações e atividades experimentadas (tamanho da paróquia, tarefas intelectuais ou administrativas, atividades de caráter “popular”, Movimento Eclesial de Base, envolvimento em pastorais) e os contatos pessoais estabelecidos.

Como parte da demonstração de algumas combinações possíveis dos elementos apontados, são apresentados elementos de duas trajetórias de religiosos que alcançaram posições de prestígio e notoriedade no espaço católico. Trata-se de indivíduos de afiliações religiosas (clero diocesano e membro da Companhia de Jesus) e gerações distintas, com formação intelectual e experiências em grande parte diferentes e com atuação em esferas variadas (reitor de seminário, bispo e liderança na CNBB; pároco temporário, professor universitário, “intelectual/pesquisador”, diretor de Centro universitário). De um lado, dom José Ivo Lorscheiter (1927-2007), um dos bispos mais conhecidos de sua geração e notabilizado pela atuação nas negociações da Igreja com líderes do regime militar. De outro, um teólogo jesuíta (aqui denominado F.), de gera-

4. Para um quadro histórico e institucional geral do período pós-conciliar no Brasil e em parte de alguns países latinoamericanos, ver Bruneau (1974 e 1985), Levine (1988) Löwy & García-Ruiz (1997). Para mais detalhes quanto aos efeitos concretos da atmosfera da época sobre os seminaristas (politização, “crise vocacional”, experiências com psicanálise e psicologia da libertação), consultar Serbin (2008, p. 155-244).

ção mais jovem e influenciada por teologias “alternativas”, diretor de centro universitário de uma importante universidade católica do Rio Grande do Sul e assessor de diversos movimentos sociais, cujas experiências de vida, mescladas com sólida formação intelectual, marcam uma posição “progressista” autorizada.

#### 4. DO INTERIOR À LIDERANÇA NAS NEGOCIAÇÕES COM OS MILITARES

Ao mesmo tempo em que uma fração dos prelados brasileiros mais “antigos” lutava em preservar a posição institucional vigente até pelo menos fins dos anos 50 e tinha dificuldade em adaptar suas concepções e discursos à rápida transformação do espaço eclesial, uma “geração” de jovens bispos nascidos entre os anos 20 e 30 e sagrados em torno do período conciliar conseguiria impor-se com sucesso em meio às disputas sobre a definição da temática legítima no âmbito religioso e suas formas de manipulação pelos especialistas institucionais. O caso desse bispo de “grande projeção”, 24 anos mais jovem que dom Vicente Scherer (1903-1996) – autoridade de maior renome da Igreja do Rio Grande do Sul e por décadas uma das principais forças na CNBB –, porém dotado de propriedades sociais muito semelhantes às do cardeal (origens sociais, geográficas e étnicas, percurso escolar), permite que se vejam os efeitos que diferentes trajetórias profissionais, em momentos de distinta estruturação social e religiosa, podem ter sobre as modalidades de carreira episcopal<sup>5</sup>.

À semelhança do ex-arcebispo de Porto Alegre, dom Ivo nasceu na área rural de um pequeno município da chamada “região dos bispos”<sup>6</sup>, no Vale do rio Caí. Seu ramo familiar paterno chegara ao estado nos anos iniciais da imigração alemã e o avô materno deixara a Europa sozinho no século XIX. Assim como todos seus antepassados, o pai era agricultor e “chegou a ter uma propriedade de 40 hectares” (“era gente, assim, remediada; nem rico, nem pobre”). Segundo filho entre sete e crescido num “espírito simples, trabalhador, católico, religioso”, dom Ivo era “muito ligado à paróquia”, foi coroinha do pároco local e “queria ser como ele”. Seguindo o irmão, então seminarista há dois anos e futuro missionário jesuíta no Japão, ingressou no Seminário Menor de Gravataí aos 12 anos de idade, fazendo os estudos de filosofia no Seminário de São Leopoldo. Além do irmão, também um primo-segundo de mesmo sobrenome optara pela vida religiosa e ascenderia ao posto de arcebispo quatro anos antes que dom Ivo (recebendo o cardinalato em meados da década de 70), assim como o lado materno, de “boa multiplicação vocacional”, daria vários primos, primas e sobrinhos à Igreja.

“Sobressaindo-se entre os colegas de seminário” – conforme muitos deles nos relataram diretamente –, ao findar o curso de filosofia e contando, então, 22 anos, foi escolhido por dom Vicente Scherer (que realizava, ao seu turno, a tarefa de garantir a reprodução dos futuros líderes da instituição) para estudar teologia e fazer o douto-

5. As principais fontes de informação utilizadas aqui são uma entrevista concedida ao autor em outubro de 2001, Abreu (2001), Balém (1969), CNBB (2002) e Marin (1995).

6. Área composta por pequenos municípios de base rural, etnicamente marcados, dos quais saíram diversos bispos, além de muitos religiosos e religiosas, também conhecida por “terra dos bispos”. Cf. Seidl (2003), esp. p. 189-209, “origens étnicas e geografia da religião”.

rado em Roma. Perguntado sobre os motivos da escolha, aponta uma “facilidade nos estudos”: “sempre gostei muito de ler, era louco pela leitura; e, depois, eu decidi ser padre; bom, então aquilo foi...; e eu sempre tive também boa facilidade nos estudos, bom proveito. Foi por isso que dom Vicente me mandou fazer teologia em Roma”. Após obter a licença em Teologia Sistemática e o doutorado em Teologia Dogmática em sete anos de estada na Itália, retorna ao Rio Grande do Sul diretamente para o recém criado Seminário Maior de Viamão, no qual realizaria um percurso de professor e reitor, intercalado por uma passagem de dois anos no seminário menor onde havia iniciado sua preparação religiosa (“então tive que ficar dois anos como diretor e reitor em Gravataí, e, depois, dom Vicente me chamou para ser reitor do seminário maior em Viamão; era o tempo das turmas enormes que tínhamos lá; eram 70 seminaristas do maior – filosofia e teologia”).

Neste ponto de uma rápida carreira dentro do sistema escolar dom Ivo recebe a notícia de sua nomeação como bispo auxiliar de dom Vicente Scherer na arquidiocese de Porto Alegre, pouco antes de completar 38 anos de idade. Tal nomeação foi articulada diretamente por dom Vicente em Roma, onde se encontrava em pleno Concílio e para onde convocava imediatamente o jovem bispo. O empenho em levar dom Ivo a Roma naquele momento indica preocupação em favorecer um contato precoce e privilegiado de uma potencial liderança com o conjunto de profundas transformações definidas pelo Concílio. Segundo relatou o bispo, sua experiência conciliar junto com outros nomes importantes da Igreja teria impacto profundo em sua compreensão dos novos tempos ecle-

siásticos e na elaboração de novas percepções sobre a atuação episcopal.

Quando, então, me nomearam bispo auxiliar de Porto Alegre, então era praticamente no fim do Concílio Vaticano II. É claro que eu devia, então, me situar nessa nova conjuntura eclesial e pastoral. E eu tinha a ideia que era o seguinte: que a Igreja não pode mudar substancialmente a sua natureza e a sua, afinal, organização. Mas ela deve também sempre se atualizar e caminhar com os tempos. (...). Então, nada de destruir a natureza da Igreja, mas também, nada de ficar, assim, muito isolado e parado. E creio que aquilo se revelou pra mim no momento, mas também todo esse período, como realmente uma coisa extremamente importante. E não é fácil, né? Porque se alguém então é só chamando de progressista, digamos assim, aí eu desconfiaria. Se alguém é chamado só de conservador, eu também devo desconfiar. Agora, saber então unir o novo e o velho, acho que isto é uma sabedoria com (?). E isso custa, porque tá longe; eu vejo a nossa Igreja, também vejo na CNBB, sempre a grande batalha foi progressista e conservador. E eu não aceito isso, eu quero ser as duas coisas. Fico em cima do muro, mas para equilibrar corretamente a história. E parece que (riso), que eu consegui isso, mas eu acho que a inspiração foi correta. (Entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, outubro de 2001).

O trecho acima indica uma leitura retrospectiva muito objetiva de dom Ivo acerca das circunstâncias mais gerais de sua nomeação e do impacto que a nova configuração do catolicismo pós-conciliar teria em suas concepções e no modo de ocupar o cargo episcopal. Dentro de um processo amplo de transformação institucional, tal percepção destaca os mecanismos

de adaptação do corpo clerical a uma realidade eclesial que, entre outros aspectos, reduzia substancialmente as barreiras entre sacerdotes e leigos, dando papel inédito a esses últimos nas estratégias da instituição, modificava as relações com os fiéis e entre a própria hierarquia e cobrava a incorporação de um vocabulário constantemente “atualizado” com as “questões da época” (SEIDL, 2009).

Se o exercício da profissão religiosa, em particular da episcopal, exigiria dos agentes institucionais uma readequação mais ou menos profunda de acordo com sua geração e tipo de percurso religioso – sob pena de colocarem em xeque sua posição frente ao conjunto de orientações legitimamente produzido pelo Vaticano –, o princípio de “manutenção da unidade” e “conservação da essência da Igreja” continuaria, no entanto, a ser um dos pontos fundamentais do discurso episcopal. Dom Ivo pode ser tomado, nessa ótica, como bom exemplo de bispo em perfeita sintonia com o rumo tomado pela Igreja. Fora ordenado padre em Roma justamente dez anos antes do início da grande atualização católica, porém reuniria, como visto, condições favoráveis ao ajuste de suas disposições às exigências de liderar parte de uma instituição progressivamente propensa a se fazer presente em diversas esferas sociais e através de uma linguagem muito variada.

Assim, a capacidade de dominar os novos códigos religiosos apontados pela estrutura romana e utilizá-los num contexto em que a hierarquia brasileira encontrava espaço inédito para articular discursos

em nome de uma ampla gama de questões e de um novo público “preferencial” pode ser compreendida na construção de sua imagem de bispo “arejado” – semelhante ao ambiente geral da Igreja – referida por muitos religiosos que conviveram com ele. Legitimamente credenciado a representar a cúpula da CNBB, em conjunto com outros prelados conciliares com bons diplomas escolares e experiências no exterior, como seu primo dom Aloísio Lorscheider<sup>7</sup>, o futuro cardeal dom Paulo Evaristo Arns e também o “experiente” e já “notabilizado” dom Hélder Câmara “convertido aos pobres” em meados dos anos 50 –, dom Ivo teria papel central na redefinição do modelo de liderança eclesial. Neste modelo, em que espiritual e temporal tinham fronteiras borradas ou mal definidas, cobravam-se da autoridade religiosa condições de elaborar pontos de vista adequados sobre questões de ordem da agenda política e social do país. Apontado por estudiosos, membros da Igreja e jornalistas como um dos bispos mais críticos dos militares, dom Ivo compôs o “grupo religioso” que manteve encontros com parte da cúpula militar durante quase quatro anos na Comissão Bipartite<sup>8</sup>.

O uso autorizado da palavra da Igreja ia além, no entanto, da formulação de uma mera “visão da Igreja” sobre as questões candentes do Brasil e do mundo. Mais do que isso, tratava-se de fazê-lo numa posição de confronto ao poder governamental estabelecido e na condição de interlocutor legítimo. Dentre as formas de aquisição dessa competência, a possibilidade de acesso às instâncias e aos agentes institu-

7. Apesar da grafia diferente dos sobrenomes, devido a um erro de registro de nascimento, dom Ivo e dom Aloísio pertenciam à mesma família, cujo nome correto é Lorscheider.

cionais próximos aos círculos de gestão do saber religioso “atualizado” – como o contato direto com o “ambiente” do Concílio, a participação em suas reuniões ou o convívio com membros que nele tomaram parte –, sobressai como trunfo importante no acúmulo (através de documentos da Igreja, livros, discussões) tanto de recursos culturais quanto de um capital de relações valioso à constituição de uma autoridade religiosa reconhecida.

De forma similar, se a posse de títulos escolares valorizados, sobretudo os de doutor em teologia, obtidos em Roma, explicaria parte das condições de consagração institucional desses homens da Igreja, não se pode desconsiderar o peso desses recursos no desenvolvimento das habilidades de “interpretar os sinais dos tempos” e de expressá-los de acordo com o padrão que se impunha. Isso também se refletia, de modo saliente, na capacidade de tais indivíduos de representar a Igreja nos frequentes encontros com membros da elite política e intelectual, de se dirigir aos meios de comunicação e dar declarações oficiais, tudo isso ao mesmo tempo em que garantiam, da forma mais eficiente, a manutenção da imagem de unidade institucional, pedra de toque do corpo episcopal.

Como depreendido da série de depoimentos de religiosos com longas passagens pelo exterior, as estadas em países estrangeiros tendem a ter efeitos importantes na incorporação de um estilo religioso mais adaptável aos ambientes mundanos e a seus códigos (SEIDL, 2009). A exposição ao cosmopolitismo pela convivência com pessoas de todo o mundo em Roma, por

exemplo, a circulação por espaços não estritamente religiosos e por outros países, a proximidade com o poder político e religioso e seus símbolos e o acesso facilitado a informações diversificadas são elementos a se destacar no processo de elaboração de percepções e posturas adequadas a novas tarefas de liderança.

Mas lá nós vivíamos, eu só não vivi, mas os bispos do Brasil viveram quatro anos em Roma. Na mesma casa. Então, se trocavam idéias, se tinha conferências, se tinha estudos, se compravam livros..., e isto foi marcando muitos. Tanto que aí surgiram lideranças muito importantes, né? E, enfim, você tem os nomes grandes aí que estão na história. Então, Hélder, Arns, Aloísio etc. Então, creio que isto marcou muito, e isto foi a bênção para os bispos do Brasil e a Igreja brasileira. Porque, quando eles chegaram de volta ao Brasil, tinha havido, então, no país, em 64, o golpe militar. (...) Porque até ali, claro, basicamente aí começou toda essa nova liderança. Daí acho que foi de onde saíram esses dois polos, né? Situação militar e Concílio Vaticano II. Configurou, então uma nova geração de bispos, uma nova liderança (...). (Entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, outubro de 2001).

Em 1971, contando cinco anos na função de bispo e apoiado pela “corrente progressista” do episcopado nacional, dom Ivo foi eleito secretário-geral da CNBB numa chapa liderada por seu primo Aloísio Lorscheider. Manteve-se no cargo por dois mandatos consecutivos até vir a ocupar a presidência da Conferência, em 1979, também por oito anos seguidos. Durante es-

8. Esta comissão de caráter extraoficial reunia lideranças religiosas, militares e civis. Ao todo, foram realizados 24 encontros durante o governo Médici e o início do governo Geisel. Sobre a Comissão Bipartite e o papel de dom Ivo, consultar Serbin (2001, p. 203-238).

ses 15 anos ininterruptos na linha de frente da Igreja brasileira, praticamente todos eles transcorridos durante o regime militar, exercitou constantemente o uso da palavra respaldada pela instituição nas frequentes manifestações episcopais a respeito dos temas valorizados pela “agenda social” do país – dominada pelo “combate à repressão”, “direitos humanos”, “injustiças sociais”, “redemocratização”, “anistia política”, “reforma agrária”, “dívida externa”<sup>9</sup>.

Em sua diocese no interior do Rio Grande do Sul, para onde fora nomeado bispo diocesano após 8 anos no cargo de auxiliar da arquidiocese de Porto Alegre, manteve um programa de rádio e colunas semanais “sobre problemas da atualidade” em dois jornais locais. Após deixar a presidência da CNBB, permaneceria como responsável pelo setor de “Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso e Comunicação Social” por dois mandatos, vindo a propor investimentos na área de jornalismo e a expansão do sistema televisivo da Igreja, para se oferecer “uma visão católica do mundo”, assim como de uma agência católica de notícias encarregada de distribuir informações sobre todas as dioceses do país.

## 5. UM TEÓLOGO DA “PÓS-MODERNIDADE”

Quarta geração de “alemães” no Brasil, F. nasceu no início da década de 1950, primeiro entre três irmãos filhos de um carpinteiro e de uma dona de casa “pobres”, instalados numa área do Rio Grande do Sul em que a colonização alemã foi apenas esparsa e onde “os jesuítas visitavam apenas as famílias numerosas”. Interessado em ser

padre, sua família escreve à Companhia de Jesus sobre a “vocação” do filho que, depois de concluir o estudo fundamental na escola paroquial da cidade, entra no seminário menor daquela ordem no início dos anos 60. Já no princípio de sua preparação ao sacerdócio, F. identifica uma primeira contingência que, a seu ver, teria sido “decisiva” nos rumos de sua carreira profissional. Trata-se da realização dos estudos secundários em uma escola aberta a jovens leigos e localizada em um grande centro urbano – fato que se enquadrava na ótica de readequação dos instrumentos escolares seminarísticos ao novo momento da instituição católica<sup>10</sup>.

Ali, ao contrário do “regime rural, fechado, obtuso”, que conhecera no seminário menor de onde provinha, teve uma série de experiências de “abertura ao mundo urbano” e não-religioso, de liberdade de movimento e de atividades que marcariam suas convicções sobre a forma de ser padre e sobre a função da religião, estimulado sobretudo por um professor secundário que “vinha da Juventude Universitária Católica (JUC)” e que “passava material” e “indicava leituras”.

Abriu para a cidade, para o contato com o mundo urbano. Desde 68 eu leio o *Estadão* e a *Folha de São Paulo*; e trabalhava, vendia livros, dava aula para os alunos ricos. Dávamos catequese na periferia, para os pobres etc. Todo este mundo civil. Foi aí que entramos em contato com o pessoal de esquerda. (Entrevista ao autor, São Leopoldo, agosto de 2003).

A segunda contingência apontada viria imediatamente na continuação de seu per-

9. Sobre os temas predominantes nos pronunciamentos do episcopado brasileiro no período, consultar Alves (1979), Mainwaring (1989) e Morais (1982).

curso religioso, antes de iniciar o curso de filosofia. Nesse período, fez parte da primeira turma de alunos do noviciado que acabara de ser transferido para a capital, Porto Alegre, onde teve por mestre um padre recém-chegado da “Europa pós-conciliar” e que lhes prepararia dentro do espírito da “renovação religiosa”. Se por um lado, o contato com o pensamento de teólogos europeus expoentes de um novo catolicismo de tendência social, principalmente o de Congar e o de Rahner, introduzido pelo mestre de noviços, seria definidor de sua orientação teológica, também o envolvimento em ambientes sociais variados (trabalho em fábrica de queijo, escola, hospital), ao longo do estágio como noviço, contariam na formação de suas preferências por uma inserção “socialmente comprometida”.

Habitado a ler muito, continua a comprar revistas e jornais do centro do país e a acompanhar com interesse as notícias da agitada conjuntura social brasileira e internacional de fins da década de 60. Após o término do ano de noviciado, F. vai a São Paulo fazer o curso de filosofia durante quatro anos, momento em que, “então, o país todo se abre para ele” e se aprofunda seus contatos com grupos de esquerda. Para terminar a formação básica e ser ordenado, retorna ao Rio Grande do Sul e faz o curso de teologia em São Leopoldo, cidade industrializada da grande Porto Alegre. No entanto, convicto da necessidade de viver com intensidade o cotidiano da “vida pobre” durante o período da teologia, opta por morar, junto com outros colegas, em uma favela da cidade.

Muito dedicado ao estudo e com certa ascendência sobre seu grupo, afirma que desde que começara a teologia sabia que ia fazer doutorado. Imediatamente após sua ordenação, em fins dos anos 70, dá continuidade aos estudos na PUC do Rio de Janeiro, onde obtém o grau de mestre em teologia com um estudo sobre as relações entre “fé” e “política” no Brasil. Perguntado se não havia tido interesse ou oportunidade em ir se especializar em Roma, diz que, naquela época, na sua “geração, quem ia para a Europa era visto como “conservador”, “boyzinho”, e que havia, de fato, tentado estudar no México, mas tivera problemas para entrar no país. No Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que é aluno de “grandes professores” ligados à Teologia da Libertação (Leonardo e Clodóvis Boff, João Batista Libânio) e “aproveita os contatos do mundo acadêmico”, assume uma paróquia na violenta cidade do subúrbio carioca onde morava. Apon-ta que nesse período tem sua sensibilidade aguçada pelo envolvimento em denúncias de assassinatos ocorridos na paróquia. No mesmo ano em que conclui o mestrado, segue para a Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma, a fim de se doutorar em teologia.

Retornando ao Brasil, F. vai trabalhar inicialmente com a Pastoral Operária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no extremo sul do país, antes de ser chamado pela CNBB para atuar como assistente nacional da Pastoral Operária e no setor da Pastoral Social. No final dos anos 90, vem a integrar o centro de Ciências Hu-

10. A transferência dos estudos secundários do seminário de modelo tradicional de uma pequena cidade do interior para uma escola laicizada deveu-se, segundo F., à decisão de um superior jesuíta europeu com “visão ampla”. Como nos relatou, ainda hoje essa mudança causa polêmica com sacerdotes de outras gerações, que a lamentam.

manas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, pertencente aos jesuítas em São Leopoldo, como professor e pesquisador na área de Ciências Sociais Aplicadas. É um dos principais responsáveis, junto com outros jesuítas da sua “geração”, pela criação de um instituto destinado a elaborar e difundir um saber religioso baseado, como afirma, na “transdisciplinaridade” e “adequado” a uma “sociedade pós-cristã”.

No entanto, ao reconstruir sua biografia, F. apresenta seu ingresso na vida acadêmica como “profissional” em termos de uma mudança de percepção das estratégias de atuação sacerdotal, pois não se define como um religioso que tenha se dedicado ao sistema de ensino (“nunca fui um burocrata ou destinado à reprodução da instituição”) – apesar do longo investimento escolar realizado –, mas sim um religioso do “campo social”. Parece evitar, assim, que tal redirecionamento na carreira tendesse a ser vivido como um “abandono dos propósitos originais” ou como uma “acomodação frente a seus princípios”. Ou seja, à medida que sua posição no espaço religioso se modificava – em especial pela aquisição de um capital cultural reconhecido – e esse próprio espaço sofria transformações importantes, tais como uma relativa desvalorização das formas de engajamento social do corpo clerical frente à ascensão de tendências ditas mais espiritualistas, como a renovação carismática, por exemplo, as possibilidades de uma atuação particular dentro do sistema escolar superior abriam um espaço ajustável às propriedades sociais desse agente religioso desde cedo interessado pelo universo intelectual.

Assim, a oportunidade de utilização de um capital religioso que mescla trunfos escolares bastante importantes, como um doutorado em teologia em Roma, e uma

série de outros recursos exteriores à esfera escolar, acumulados ao longo de experiências em práticas pastorais, na administração paroquial e em assessorias de grupos específicos da Igreja, lhe colocaria em condição vantajosa para redefinir ao mesmo tempo seu papel como sacerdote intelectual e as formas de produção do conhecimento religioso.

Minha geração via a universidade como um mundo à parte; não queríamos trabalhar aqui; queríamos ir para as periferias, fazer pastoral popular. Mas, então, nós percebemos que era importante atuar também na linha da mudança social, da promoção da justiça, da diaconia da fé, em contato com a cultura. Então viemos ajudar nesse processo de marcar uma presença nisso que se está chamando de humanismo social cristão. É a busca de uma presença inculturada do cristianismo hoje no debate, numa sociedade aberta, plural, em que a discussão está em jogo. (Entrevista ao autor, São Leopoldo, agosto de 2003).

Ao falar com entusiasmo sobre as novas necessidades de inserção da universidade católica na “pós-modernidade”, F. descreve o instituto que coordena como “um lugar onde se faz a interlocução da teologia com as demais ciências, como a física, a biologia e as ciências sociais”. Não se tratando de um centro de teologia – inexistente nessa universidade surgida no contexto da “teologia da secularização”, como faz questão de ressaltar –, esse teólogo secularizado insiste no valor estratégico de a Igreja “dialogar” com todos os saberes como forma de se fazer presente na sociedade e de fornecer um ponto de vista ético “coerente com os princípios cristãos”. Situado em uma zona do espaço religioso que favorece tomadas de posição menos comprometidas com a estrutu-

ra escolar e hierárquica da Igreja, diferentemente dos teólogos (sobretudo do clero secular) dos institutos de teologia ligados a dioceses, F. não hesita em se mostrar muito crítico em relação aos modos que chama de “tradicionais” de prática religiosa e, em particular, à falta de preparo do episcopado para lidar com os novos temas da atualidade (“ele não consegue interagir com a pós-modernidade”).

Embora dirija um centro universitário e esteja constantemente envolvido em atividades de caráter acadêmico, como aulas, conferências, pesquisa, ampla produção e publicação bibliográfica<sup>11</sup>, F. igualmente mantém agenda carregada como assessor de vários órgãos e grupos, da Igreja ou não, por todo o Brasil. É a partir da condição de “perito” em temáticas “sociais”, gozando de uma legitimidade chancelada pelo universo científico e manejando um vocabulário que transita sem esforços entre a teologia e o cotidiano social do país e do mundo (“trabalho”, “globalização”, “economia solidária”, “ética”, “ambientalismo”) que grupos tão diversos quanto centrais sindicais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a CNBB e a Conferência dos Religiosos do Brasil solicitam seus serviços (“minhas assessorias são multiformes”) para obterem uma visão duplamente autorizada sobre a relação da religião com um leque vasto de questões.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao centrar foco nos itinerários de agentes sociais concretos, o exame aqui exposto pretendeu explorar dimensões pouco es-

tudadas das conexões entre o espaço da política e o da Igreja católica no Brasil nas últimas décadas. Sem entrar em longas considerações históricas sobre a instituição religiosa ou o país e as tomadas de posição oficiais sobre conjunturas, governos e temas da agenda nacional, optou-se por tentar compreender parte das dinâmicas entre aquelas esferas a partir das condições de realização de carreiras religiosas desenroladas naquele período.

Se há pouca dúvida de que os itinerários religiosos marcados por envolvimento com a política são fruto tanto das modificações da instituição católica, simultaneamente no plano nacional e internacional, quanto da conjuntura política brasileira entre os anos 60 e 90, o exame circunstanciado dos efeitos de tais transformações sobre a lógica de ação individual de dirigentes católicos realça elementos menos óbvios das relações entre níveis de realidade tão distintos. Pertencimento religioso institucional, tipo de formação escolar e teológica, variedade de experiências sociais e culturais, circulação internacional mais ou menos precoce, proximidade aos espaços do poder, todos estes aspectos formam um conjunto de condicionantes cujo impacto em biografias irredutíveis só pode ser apreendido, muito parcialmente, através de abordagens que tratem de conjugá-los com a reconstituição dos espaços sociais em que se desenrolam.

Em especial, a apreensão em detalhe das modalidades de consagração social de dirigentes católicos, em diferentes âmbitos, como na alta liderança hierárquica, oficialmente constituída, ou na esfera acadêmi-

11. Em abril de 2009 seu Currículo Lattes registra publicação de 32 artigos em periódicos, 6 livros como autor ou coautor e 10 capítulos de livros.

co-intelectual, teológica, delineia os contornos do espaço mais amplo do poder católico, cujos limites e definições, sabe-se, são objeto de disputas. Ao perceber que as possibilidades de acúmulo de competência e, por essa via, de exercício da autoridade reconhecida em sub-espços específicos da esfera católica são variadas (episcopado, universidade, pastorais, ONGs), a análise aqui exposta procura igualmente restituir as lógicas de investimento (mais ou menos conscientes) dos agentes dentro de determinadas estruturas de oportunidades, bem como capturar os constrangimentos derivados de tais estruturas e as vivências subjetivas reconstruídas em seus relatos.

Se, num plano mais geral, o efeito de geração ou condições biográficas favoráveis à incorporação de uma cultura religiosa relativamente ajustada ao período de transformações em que se desenrolam as carreiras enfocadas neste estudo são centrais à realização de trajetórias exitosas, dois elementos em especial têm peso acentuado. Em primeiro lugar, o acesso a trunfos escolares tais como a passagem por instituições de renome no Brasil e, sobretudo, no exterior, e a obtenção de diplomas importantes e relativamente raros, em especial o doutorado, aparece como mecanismo decisivo na filtragem dos profissionais da Igreja em condições de acumular competências que extrapolem as tarefas de gestão cotidiana do espiritual. Assim, por exemplo, a oportunidade de ida ao exterior para estudar teologia e se especializar opera divisão importante entre aqueles indivíduos com chances palpáveis de se tornarem dirigentes e aqueles destinados provavelmente a posições intermediárias ou menos valorizadas. A destinação quase invariável desses religiosos brindados com melhores recursos escolares ao polo mais intelectuali-

zado da instituição (ensino e direção de seminários, institutos e faculdades) reforça as condições de aquisição de uma autoridade religiosa distinta, mais propensa a relações menos exclusivamente

Diretamente conectado a este aspecto está o leque de experiências ao alcance de fração reduzida de religiosos e que compõe um tipo de bagagem cultural não limitada ao espaço tradicional dos seminários, paróquias e atividades religiosas predominantes. Como apontado, os efeitos de uma circulação internacional e de certo cosmopolitismo, assim como a proximidade a autoridades e instâncias do poder, temporal e secular, experiências de vida diversificadas (leituras variadas, acesso a museus, cinema e teatro, estudos não-religiosos, frequência de ambientes leigos, trabalho fora da esfera da Igreja), tendem a gerar disposições sociais favoráveis ao exercício de papéis religiosos polivalentes.

Ganha destaque, assim, o peso das transformações do sistema de formação religiosa conhecidas a partir do final da década de 1960 sobre as condições de produção de um corpo de especialistas da Igreja melhor ajustados a novas clientelas e a novos temas sobre os quais a instituição católica postulava abordar com autoridade. A reformulação do sistema seminarístico, a expansão dos cursos de teologia e a diversificação de diplomas de especialização em temáticas variadas estiveram, sem dúvida, no vértice desse processo.

Como indicado, no entanto, os efeitos dessas transformações sobre agentes religiosos em diferentes posições do espaço da Igreja e em diferentes pontos de seus itinerários são variados. Muito longe de esgotar as composições objetivas de carreiras religiosas, os dois casos expostos são, contudo, representativos de pa-

drões de itinerários de frações importantes do alto clero.

Pelo lado do conjunto de bispos, provavelmente o caso de dom Ivo Lorscheiter vocalize com a maior perfeição toda a ambiguidade de uma fração de autoridades religiosas formadas numa cultura sacerdotal em vias de extinção no exato momento em que a instituição os recrutava a postos de comando, eles próprios, em pleno processo de transformação. “Coisas novas e coisas velhas”, lema episcopal de dom Ivo escolhido em 1965 pelo Vaticano II, resume com plasticidade a posição de sua geração frente aos desafios colocados à carreira religiosa e, muito em especial, às autoridades eclesiásticas. O exame das condições objetivas de uma conversão relativa a uma nova cultura sacerdotal ajuda, ainda, a compreender com maior fineza os detalhes dos mecanismos de reprodução da Igreja e os esforços estratégicos na formação de um novo quadro de lideranças afinado com as direções dos tempos pós-conciliares.

Pelo lado de frações do clero religioso menos atreladas à hierarquia romana e menos dependentes do sistema de formação intelectual, a análise do itinerário do teólogo jesuíta F. permite vislumbrar modalidades de carreiras da Igreja transcorridas num outro estado de estruturação do espaço católico. Já formada dentro de um novo tipo de concepção sacerdotal, a geração de religiosos nascidos nos anos 1950 à qual F. pertence teve a seu alcance a possibilidade de combinação tanto de experiências escolares como de várias outras muito distintas daquelas das gerações anteriores. Muito em especial, a coincidência do período de formação religiosa com as mudanças estruturais e conjunturais da instituição, aliada ainda ao contexto político brasileiro, abriu alternativas de investimento em carrei-

ras que já não mais representavam rupturas tão intensas com os padrões dominantes. A diversificação simultânea dos serviços religiosos oferecidos pela Igreja a novos (e mais específicos) grupos sociais progressivamente viabilizava, dessa forma, a existência legítima de um corpo de profissionais com competências mais multiformes em condições de realizar suas carreiras (e se realizar) sem necessariamente se condenar a posições marginais no espaço católico.

## Nota sobre o autor

Ernesto Seidl é pesquisador do Laboratório de Estudos do Poder e da Política, Universidade Federal de Sergipe.

## Referências Bibliográficas

ABREU, A. de (Coord.). **Dicionário biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2 ed., 2001.

ALVES, M. M. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BALÉM, J. M. Os bispos de Porto Alegre, in: **Guia da Arquidiocese de Porto Alegre**, 1969, p. 03-21.

BRUNEAU, T. Church and politics in Brazil: the genesis of change, in: **Journal of Latin American Studies**, 17, 1985, p. 271-293.

\_\_\_\_\_. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Membros e endereços**. Brasília, Mar. 2002.

DELLA CAVA, R. Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro - 1916/1964, in: **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 12, 1975, p. 5-52.

\_\_\_\_\_. Política a curto prazo e religião a longo prazo: uma visão da Igreja católica no Brasil (em abril de 1978), in: **Encontros com a civilização brasileira**, n. 1, jul. 1978, p. 242-256.

GAXIE, D. Appréhender le politique à l'aube des expériences sociales, in: **Revue Française de Science Politique**, v. 52, n. 2-3, p. 144-178, 2002.

LEVINE, D. H. Assessing the impacts of Liberation Theology in Latin America, in: **The Review of Politics**, spring, 1988, p. 241-263.

LÖWY, M.; GARCÍA-RUIZ, J. Religion et politique en Amérique Latine, in: **Archives de Sciences Sociales des Religions**, 97 (jan/mar), 1997b, p. 5-8.

\_\_\_\_\_. **La guerre des dieux: religion et politique en Amérique Latine**. Paris: Éditions du Félin, 1998.

MAINWARING, S. **Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARIN, R. **Dom Hélder Câmara: les puissants et les pauvres**. Paris: Les Éditions de L'Atelier/Éditions Ouvrières, 1995.

MICELI, S. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MORAIS, J. F. R. de. **Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

OLIVEIRA, W. J. F. de. **Paixão pela natureza, atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e inícios dos anos 2000**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Antropologia Social) 2005.

SEIDL, E. **A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Ciência Política) 2003.

\_\_\_\_\_. Caminhos que levam a Roma: recursos culturais e redefinições da excelência religiosa, in: **Horizontes Antropológicos**, v.15, n. 31, Porto Alegre, 2009.

\_\_\_\_\_. **Entrando no mundo da Igreja: o estudo de elites eclesiásticas**. In: CORADINI, O. L. (Org.). **Estudo de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. Um discurso afinado: o episcopado católico frente à 'política' e ao social', in: *Horizontes Antropológicos*, v.13, n. 27, Porto Alegre, 2007, p. 145-164.

SERBIN, K. *Diálogos na sombra: bispos, militares, tortura e justiça social no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SIMÉANT, J. Un humanitaire "apolitique"? Démarcations, socialisations au politique et espaces de la réalisation de soi. In: LAGROYE, J. (Dir.) *La politisation*. Paris: Belin, 2003.

SUAUD, C. *La vocation: conversion et reconversion des prêtres ruraux*. Paris: Minuit, 1978.

TAVARES DOS REIS, E. *Contestação, engajamento e militância: da 'luta contra a ditadura' à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Ciência Política) 2007.

RECEBIDO EM: 14/04/09  
APROVADO EM: 24/07/09